

Trabalho, cultura e políticas sociais na trajetória da Faculdade de Serviço Social (Uerj)

Labor, culture and social policies in the trajectory of the Uerj School of Social Work

Ney Luiz Teixeira de Almeida* 

RESUMO

O artigo analisa as particularidades do processo de elaboração e implantação do projeto de formação profissional de 1993 da Faculdade de Serviço Social da Uerj, reconhecendo que as opções teóricas de abordagem do trabalho, da cultura e das políticas sociais, associadas às políticas de capacitação, produção e socialização do conhecimento, asseguraram sua longevidade.

Palavras-chave: trabalho; cultura; políticas sociais; serviço social.

ABSTRACT

This article analyzes the particularities of the elaboration and implementation process of the UERJ School of Social Work's 1993 professional training project, recognizing that the theoretical options for approaching labor, culture, and social policies, associated with training policies, production, and socialization of knowledge, ensured its longevity.

Keywords: labor; culture; social policies; social work

A comemoração dos 30 anos de um currículo de graduação não é um acontecimento muito usual. Em primeiro lugar porque outros vários marcos da vida universitária gozam de maior relevância no mundo acadêmico, como por exemplo a comemoração pelo igual, ou até mesmo inferior, tempo de existência de um programa de pós-graduação ou de um periódico bem avaliado. Em segundo lugar, pela própria amplitude temporal. Ainda que o currículo não esteja mais em plena vigência, trata-se de um período significativamente longo para reconhecer os efeitos de um projeto de formação profissional.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.75914>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ) – Brasil.
E-mail: neylta@hotmail.com.

Como citar: ALMEIDA, N. L. T. de. Trabalho, cultura e políticas Sociais na trajetória da Faculdade de Serviço Social (Uerj). Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p.32 - 45, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75914>.

Recebido em 15 de abril de 2023.

Aprovado para publicação em 03 de maio de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mas exatamente pelos termos dessas comparações é que a atual edição da *Revista Em Pauta: teoria e realidade contemporânea* dedica-se, dentre outros relevantes marcos da trajetória da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), no campo da produção e socialização do conhecimento, a resgatar a importância do currículo implantado no ano de 1993. O seu processo de construção e implementação combinou, de forma singular, abrangência e inovação a ponto de contribuir com a criação, em menos de uma década, de dois cursos de especialização, um curso de mestrado e uma revista.

É o início desse ciclo de efervescência acadêmica da faculdade, deflagrado com o *Currículo de 1993*, que o presente artigo aborda, destacando: as particularidades daquela proposta, assim como o seu processo de construção e de implantação; os desdobramentos no campo da pós-graduação e a criação e consolidação de um projeto editorial vigoroso; além dos principais campos temáticos que permitiram à Faculdade de Serviço Social da Uerj um lugar de destaque no cenário intelectual nacional.

O alcance e as particularidades do processo de revisão curricular

O processo de revisão curricular, que culminou com a aprovação do *Currículo Pleno do curso de Serviço Social*, através da *Deliberação nº 6/1993 do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Uerj*, teve início em 1989 e foi concluído em 1992. Há de se destacar que tal processo teve início no mesmo ano em que a primeira turma do currículo anterior integralizava o curso, implantado no ano de 1986 após dois anos de discussão na faculdade.

A brevidade de um e a longevidade do outro se justificam em função do contexto no qual a formação profissional em Serviço Social transitou entre a aprovação do *Currículo Mínimo de 1982* – aprovado na XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), no ano de 1979 na cidade de Natal (RN), e depois através do *Parecer nº 412 de 4 de agosto de 1982 e da Resolução nº 6 de 23 de setembro de 1982 do Conselho Federal de Educação* – e a aprovação das *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996)* na cidade do Rio de Janeiro. Em relação às diretrizes, cabe sinalizar que, em função da promulgação da *Lei nº 9394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em 20 de dezembro de 1996*, o novo “currículo mínimo” teve que ser adaptado ao novo ordenamento normativo que não mais utilizava essa denominação – dentre outras alterações de mais amplitude no campo da educação superior. Portanto, veio a ser formalmente aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura somente em 2001, com modificações que distor-

ceram o significado original do que foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 1996 da Abess.

As profundas mudanças ocorridas no âmbito da formação profissional em Serviço Social no Brasil entre os anos de 1979 e 1996, delimitadas aqui historicamente pelas duas convenções da Abess¹, resultam de uma ampla mobilização política no interior de vários segmentos da categoria profissional na construção de vínculos mais orgânicos com as lutas da classe trabalhadora, como também na ampliação e consolidação de diálogos mais consistentes com a teoria social de Marx no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação. Não obstante, o início dos anos de 1990 expressa a incidência dessas mudanças (não só) no plano da formação profissional, posto que elas também se materializam no arcabouço legal, ético e político que dá direção e sustenta as ações profissionais: o *Código de Ética Profissional*, aprovado em 1993, e a *Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social*.

Ainda que com percursos e dinâmicas distintas em relação à dialética entre continuidade e ruptura que caracteriza a trajetória do Serviço Social no Brasil, a formação profissional, a mobilização da categoria em diferentes espaços de organização e lutas, assim como os processos de objetivação do trabalho profissional em diversos espaços ocupacionais no período em tela, não se dissociaram da construção de um projeto profissional que emergiu em um contexto de luta pelo fim da ditadura civil-empresarial-militar de 1964, pela redemocratização do país e por uma nova Constituição Federal. Esse projeto, além de acenar para horizontes societários que ultrapassam a ordem burguesa, elencou os desafios teóricos, profissionais e prático-organizativos do Serviço Social brasileiro a partir de suas aproximações e atuações junto aos movimentos sociais e político-partidários (DURIGUETTO; MARRO, 2016), como também nas disputas por uma formação intelectual que exigia outros padrões de organização da vida universitária.

O que se observa desse rico e complexo período – já coberto em certa medida com análises substantivas da relação entre a dinâmica da profissão e as transformações societárias, produzidas por Marilda Iamamoto (1998) em *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* – é precisamente como a profissão, a partir de suas diferentes frentes de organização e atuação, compreendeu e enfrentou a relação entre aquelas mudanças concretas no plano político, econômico e cultural e as novas requisições e desafios postos para o trabalho e para a formação profissional. Este foi o esforço realizado, ao longo da revisão curricular empreendida na Faculdade de Serviço Social da Uerj, entre 1989 e 1992, pelo corpo docente e discente.

1 A partir de 1996 a entidade passa a ser denominada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

Notadamente, a faculdade teve o mérito de contar com importantes lastros políticos e institucionais para se lançar naquela empreitada. Em primeiro lugar, por ter construído uma articulação com os movimentos sociais em defesa da democracia e de uma universidade pública socialmente referenciada em suas práticas pedagógicas, de gestão coletiva e colegiada, assim como de produção e socialização do conhecimento. Desde a greve estudantil realizada em 1982 contra a demissão arbitrária de cinco professoras e uma pretensa “reestruturação do curso” implementada autoritariamente pelo diretor à época, a luta pela democratização da universidade e pela gestão coletiva e paritariamente colegiada pelos segmentos docentes, discentes e técnico-administrativos da unidade constitui a principal marca da cultura política da faculdade. O resgate desta parte da história da faculdade, produzido por Cislighi e Brandt (2014), desvela o processo de uma luta pioneira na Uerj por um projeto de formação profissional articulado às lutas dos movimentos sociais, sindicais, partidos políticos e do Serviço Social brasileiro pela redemocratização, com nítido compromisso de classe.

Em segundo lugar, também por lutar pela realização de concursos públicos como forma de inserção na universidade pública, o que permitiu o ingresso de jovens professoras/es vinculadas/os a importantes programas de pós-graduação. Isso auxiliou a forjar processos, tanto no campo da investigação como no da formação, de compreensão crítica da relação entre as novas exigências que se colocavam para o trabalho de assistentes sociais e as mudanças em curso no mundo do trabalho, nas políticas sociais, na sociedade civil e na esfera estatal. Além disso, houve a necessidade de trazer para o âmbito da formação profissional as principais alterações já identificadas nas formas de recrutamento e composição de nossa força de trabalho.

Os quadros docentes já constituídos na faculdade e remanescentes dos processos de luta do início dos anos de 1980 foram combinados com a progressiva incorporação, já através de concursos públicos, de jovens professoras/es vinculadas/os a centros de pós-graduação, que, ainda no início de suas carreiras docentes, associavam-se a processos de capacitação sintonizados aos debates teóricos mais avançados no Serviço Social e nas ciências sociais, com ênfase na teoria social de Marx. Essa combinação forneceu condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento de um processo de revisão curricular que não se limitou à reorganização de grades, ementas e cargas horárias.

Entre 1990 e 1991 a faculdade constituiu quatro grupos de trabalho (GTs), versando sobre as seguintes temáticas: política social/assistência, teorias sociais, instituições e identidade e legitimidade profissional. O trabalho realizado por eles não só subsidiou a construção do *Currículo de 1993* – ao lado das chefias dos departamentos da faculdade e da comissão de revisão curricular, denominada de Comissão Acadêmica –, como foi fundamental no incentivo à promoção de seminários, realização de grupos de estudos e produção de textos que alimentaram a implantação do currículo. Deriva desse esforço coletivo, já em novembro

de 1993, o lançamento do primeiro número da *Em Pauta: Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj*, que, em 1996, em seu nono número, passa a ser classificada como *Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Uerj*, não mais como um caderno. Uma publicação cujo propósito inicial foi o de socializar as reflexões de docentes e discentes da própria unidade voltadas para subsidiar a produção teórica a ser incorporada nas novas disciplinas do currículo. Além disso, oferecia reflexões e estudos sobre a sua condução pedagógica frente à opção reafirmada na época – e mantida até hoje – de a faculdade só oferecer o curso no horário noturno para atender prioritariamente o(a) trabalhador(a) aluno(a).

O primeiro número da *Em Pauta* socializava as produções iniciais do processo de revisão curricular, produzidas pela comissão e pelos GTs nos anos de 1990 e 1991. *A definição do núcleo básico do novo currículo de graduação em Serviço Social* (CARDOSO *et al.*, 1993a) e *A especificidade do curso noturno: as dimensões pedagógica e cultural na revisão curricular* (CARDOSO *et al.*, 1993b) são dois dos quatro primeiros textos publicados e que resultaram diretamente do trabalho realizado pela comissão de revisão curricular. A afirmação das “políticas sociais e, em particular, da assistência” como núcleo básico em torno do qual gravitaria o campo de interesse teórico e interventivo da profissão para a organização do projeto de formação profissional da Faculdade de Serviço Social da Uerj representava uma novidade no âmbito das revisões curriculares do período, que ainda se referiam à centralidade da articulação entre teoria, método e história. Buscava-se, portanto, incorporar, de modo central e não mais periférico, no âmbito da graduação, a recente produção teórica do Serviço Social que ganhava destaque nos cursos de pós-graduação em relação ao campo das políticas sociais.

O texto sobre o núcleo-base, a despeito das polêmicas teóricas que hoje são fáceis de serem identificadas, enfrentava uma questão crucial no âmbito da formação: a relação entre a profissão e o campo das políticas sociais. A adoção dessa perspectiva analítica para estruturação do currículo contribuiu decisivamente para afirmar o debate sobre as políticas sociais como de fundamental importância para a análise do trabalho profissional e para a interlocução do Serviço Social no campo acadêmico.

A eleição dessa temática também foi determinante para a consolidação dos investimentos em pesquisa e formação continuada que se desdobraram na criação de dois cursos de especialização: um em políticas sociais e outro em Serviço Social e saúde, ambos nos anos de 1990. Concorrem decisivamente para a criação, em 1999, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social com área de concentração em trabalho e política social, a partir da oferta do curso de mestrado em Serviço Social na modalidade *stricto sensu*².

2 Desde 2005 a Faculdade de Serviço Social passou a contar também com o curso de doutorado em Serviço Social. Através da Deliberação nº 66/2004 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj, autorizava-se tanto a criação do curso de doutorado em Serviço Social como a reformulação do curso de mestrado em Serviço Social, fortalecendo ainda mais o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social criado em 1999.

O primeiro curso de especialização em Políticas Sociais, aprovado pela Deliberação nº 5/93 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj, foi ofertado somente entre 1993 e 1997. Já o curso de especialização em Serviço Social e Saúde, também na modalidade *lato sensu*, teve uma primeira edição realizada entre os anos de 1994 e 1998, com corte temático na finitude humana em virtude de decorrer do atendimento de uma demanda apresentada por assistentes sociais no Instituto Nacional do Câncer (Inca). O curso foi interrompido e retomado em 2008, voltado para assistentes sociais que atuam na área da saúde, estabelecendo uma interlocução com a residência em Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Uerj, que se institucionalizaria anos depois (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Atualmente a faculdade oferta três cursos de especialização, sendo dois voltados para assistentes sociais que atuam na política de saúde, o de Serviço Social e Saúde e a especialização em Serviço Social e Saúde na modalidade Residência, além de um na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Mental. O primeiro curso foi ofertado, conforme sinalizado, entre 1994-1998, sendo retomado em 2008 e reformulado pela Deliberação nº 15/2011 do Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão da Uerj. Ainda permanece ativo, a despeito de alguns intervalos, como o decorrente da suspensão das atividades presenciais em função da pandemia de Covid-19. O segundo é oferecido desde 2019, quando foi regulamentado a partir da Deliberação nº 4/2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj, embora a residência em Serviço Social exista desde 1976, vinculada apenas ao Hospital Universitário Pedro Ernesto da Uerj. Já o terceiro vem sendo oferecido desde a sua aprovação pela Deliberação nº 30/2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj, cuja coordenação é compartilhada pela Faculdade de Serviço Social e pelo Instituto de Psicologia da Uerj.

Obviamente não se pode imputar a esse processo uma relação de causalidade direta entre a consolidação da Faculdade de Serviço Social no âmbito da pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), o desenvolvimento de um projeto editorial exitoso, a ampliação da produção teórica docente, o intenso investimento em uma política de qualificação docente através da inserção em programas de mestrado e doutorado, a diversificação das atividades de pesquisa e extensão e o *Currículo de 1993*. Tampouco é correto compreender tamanha pujança acadêmica desvinculada da dinâmica daquele processo de revisão curricular, reconhecendo o valor de suas referências teóricas, políticas e pedagógicas, assim como o perfil docente que impulsionou tais conquistas. Destarte, as preocupações e investimentos teóricos que articularam trabalho profissional, política social e cultura como fundamentos teóricos centrais do esforço compreensivo das relações entre as determinações advindas das mudanças no mundo do trabalho e na esfera estatal, bem como as alterações que incidiam e ainda incidem sobre o trabalho e a cultura profissional, respondem, em grande parte, pela longevidade daquele projeto de formação profissional.

Trabalho, cultura e política social na formação profissional em Serviço Social na Uerj

O *Currículo de 1993*, conforme já assinalado, tomou a política social e a assistência – considerada tanto como campo de política social setorial, como traço constitutivo das políticas sociais no Brasil, nos termos postos por Sposati, Falcão e Fleury (1989), importantes referências adotadas no início do processo de revisão curricular – como núcleo básico da formação em Serviço Social. Essa opção possibilitou organizar a oferta das disciplinas do campo dos fundamentos históricos, teóricos, éticos e metodológicos do Serviço Social, assim como as de pesquisa e as sobre a dimensão investigativa da profissão; as da formação sócio-histórica brasileira e da questão social no Brasil; as de movimentos sociais e classes sociais; e, sobretudo, as de políticas sociais (fundamentos, história e políticas setoriais); as de processos de trabalho do Serviço Social; e o estágio supervisionado, de modo que não se reproduzisse a clássica divisão entre ciclo básico e profissional.

Cabe destacar que, após a aprovação das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social pela Abepss em 1996, com a proposição dos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica brasileira e do trabalho profissional, e com a compreensão da questão social como núcleo fundante da profissionalização e desenvolvimento da profissão, a faculdade não identificou diferenças substantivas em relação ao seu currículo a ponto de ter de realizar qualquer alteração. Primeiro tendo em vista a compreensão de que a gênese e o desenvolvimento da profissão no Brasil não se desvinculam dos debates – assegurados em várias disciplinas – sobre a questão social e a dinâmica do modo de produção capitalista movida pela acumulação incessante, como também da perspectiva analítica que reconhece o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo na fase monopolista do capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996). Em segundo lugar, em virtude de que a ideia de “núcleo básico” como modo de articulação e desenvolvimento dos conteúdos e disciplinas do curso não se opunha à nova lógica dos núcleos de fundamentos, nem à centralidade dada à questão social. Ao contrário, esse avanço empreendido pela Abepss só veio a reforçar as escolhas teóricas e pedagógicas realizadas ao longo da revisão curricular. Exatamente nesse sentido, destaca-se o terceiro motivo: a abordagem sobre o “processo de trabalho do Serviço Social” instituída na unidade se deu de modo a não só reafirmar as opções teóricas postas no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, como também contribuiu com a sua formulação, conforme pode ser observado a partir das reflexões contidas em Cardoso *et al.* (1997).

As cinco disciplinas de *Processo de trabalho do Serviço Social* permanecem até hoje com essa denominação – tendo em vista que a implantação do novo projeto pedagógico do curso de Serviço Social em 2015 (aprovado em 2014) ocorre concomitantemente à extinção do *Currículo de 1993*. Apesar disso, na faculdade a compreensão de que a/o

assistente social integra um processo de trabalho coletivo, organizado a partir de suas diferentes inserções nos espaços ocupacionais nas esferas pública, privada, mercantil e filantrópica, assim como nas organizações da sociedade civil e junto aos movimentos sociais, foi paulatinamente incorporada em sintonia com os avanços da produção teórica do Serviço Social sobre o tema (ALMEIDA, 1996; BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998; IAMAMOTO, 1998; IAMAMOTO, 2007).

Revisitar a contribuição teórica inaugural de Yamamoto em *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, de 1982, trouxe para o campo dos debates na revisão curricular dos anos de 1990 reflexões que não estavam tão presentes ou não eram centrais nos demais processos em curso no país. Destacou-se nesse esforço: 1. a afirmação do(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a) que é historicamente acionado(a) a desempenhar uma função intelectual nos processos de dominação ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora; 2. a objetivação desse trabalho mediatizada pelas formas concretas com que os serviços sociais se constituem contraditoriamente como resultados das conquistas sociais e políticas dos trabalhadores, mas que são geridos pelo Estado e pelo empresariado de forma a assegurar o poder político sobre a própria classe trabalhadora; 3. a inscrição do trabalho profissional na dinâmica das relações sociais de produção, compreendendo que “a produção social não trata apenas de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 30).

Tais apropriações foram coletivamente pactuadas, mas não chegaram a produzir um consenso ao longo da implantação do currículo em torno da compreensão do trabalho de assistentes sociais a partir das categorias marxianas da teoria do valor, tematizadas de forma magistral por Yamamoto naquela obra de 1982. Contudo, elas permitiram a consolidação de um largo campo de estudos, debates, investigações e produções por parte do corpo docente da faculdade, que atravessou toda a década de 1990. Mas o que de tão inovador esse resgate trouxe para a formação profissional na Faculdade de Serviço Social da Uerj? Conforme sinalizado em momento anterior desse artigo, a unidade mal implantou um currículo em 1986 e já em 1989 se lançava noutro empreendimento, cujo alcance, distinto do primeiro, ainda ecoa 30 anos depois. Sem retomar as particularidades já aludidas quanto às condições de realização desse segundo processo, cabe sublinhar aqui a conjuntura na qual essa segunda revisão ocorreu.

As escolhas teóricas, aqui reiteradamente referidas, permitiram pensar de forma inédita, ao longo do processo, a necessidade de uma sólida fundamentação das análises sobre a realidade brasileira, tomando as particularidades do processo de reestruturação produtiva e de contrarreformas do Estado sem dissociá-las. Ou seja, compreende-se que as novas configurações do mundo do trabalho não se efetivam sem um reordenamento das funções do Estado no campo da desregulamentação das relações de trabalho, das políticas sociais

e de suas bases materiais. Isso ocorre tanto no que tange ao financiamento, quanto em relação às condições institucionais de operacionalização em processos de trabalho coletivo fragmentados e de flexibilização dos mecanismos de recrutamento da força de trabalho especializada.

A aprovação da Carta Constitucional de 1988 e o fim da ditadura civil-empresarial-militar de 1964 se deu nos marcos das lutas empreendidas pelos movimentos sociais e que culminaram num processo de redemocratização importante, mas limitado pelo traço histórico constitutivo da burguesia brasileira: a autocracia (FERNANDES, 1976). A sociedade civil, nos termos postos por Carlos Nelson Coutinho (2006), passava a se organizar a partir da combinação de padrões assentados em movimentos de massa, mas também de forma liberal-corporativa. Isso fez dela uma arena de importantes disputas no campo político, ideológico e também teórico. As condições institucionais para a implantação do novo arcabouço legal da seguridade social e das demais políticas sociais não tiveram suporte na emergente agenda neoliberal. A cultura da crise deu unidade aos processos de recomposição da hegemonia burguesa e às respostas às manifestações da crise do capital ao longo dos anos de 1990 (MOTA, 1995), assim como forneceu as bases dos discursos ideológicos de justificativa da chamada “crise fiscal” (BEHRING, 1998), das contrarreformas e das políticas de ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021).

As transformações no mundo do trabalho, observadas em escala planetária com os processos de reestruturação produtiva, assumiam na realidade brasileira traços que reatualizavam as formas de dominação do empresariado sobre a classe trabalhadora, incidindo em mudanças que afetavam muito mais os processos de gestão da força de trabalho e seus modos de reprodução material e espiritual (CESAR, 2008) do que a introdução em larga escala de alterações nas plantas produtivas e nos processos de trabalho. Importante destacar que as políticas sociais públicas e de corte empresarial assumem funções distintas no conjunto das estratégias de dominação política que integravam o novo padrão de sociabilidade do capital no período. Porém, elas também produziram novas exigências e requisitos para o trabalho realizado por assistentes sociais.

Em que pese as distinções entre as dinâmicas da esfera da produção e da reprodução social, elas conformam uma totalidade na qual as tendências presentes no mundo do trabalho em plena transformação não se dissociam das contrarreformas do Estado. A compreensão dessa dinâmica contraditória, mas articulada no plano do movimento da realidade, precisava ser tematizada em várias de suas determinações no âmbito do esforço de construção de um currículo que buscava superar as lacunas da proposta anterior, inaugurando novas referências pedagógicas para a condução de uma formação e necessitando empreender um movimento organizado de atualização e realimentação dos seus docentes e disciplinas, respectivamente. Um currículo em movimento.

Por essas razões, decorrentes da conjuntura em que a revisão ocorreu, trabalho e política social passaram a compor um universo de interesse teórico na unidade indissociável, mas respeitando as ênfases dos processos de investigação e das abordagens nas disciplinas. Respeitava também as áreas de formação e investimento dos docentes, bem como as lógicas temáticas dos Departamentos de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social e de Política Social, composição decorrente inclusive do próprio processo de revisão curricular.

As reflexões de Behring e Alencar (1993) sobre *Marxismo e direção social do curso de Serviço Social: uma contribuição ao debate*, presente também no primeiro número da *Em Pauta*, indicava a necessidade de que esse esforço se desse a partir da apropriação e do diálogo com as contribuições da tradição marxista para que a formação profissional, plural e universitária, não recaísse no campo do ecletismo. Ao contrário, almejava-se que ela pudesse ser sustentada a partir de uma profunda análise do movimento contraditório da realidade social, que, distante de uma perspectiva de totalidade, se reduziria a processos científicos fragmentados e sem historicidade. Deste modo, a afirmação de uma determinada direção social para o curso trazia consigo a necessidade de um currículo não engessado em termos de conteúdo, autores e temáticas. Ele precisaria ter uma dinâmica de implementação viva, criativa e produtiva em relação aos processos sociais, políticos e econômicos que se manifestavam no mundo do trabalho, da cultura e das políticas sociais a partir das mudanças decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e de contrarreformas do Estado. Precisavam ser desveladas e enfrentadas numa perspectiva de totalidade.

Havia, portanto, uma forte sinalização de que a conjunção dos fatores que particularizaram o ingresso da faculdade em um auspicioso ciclo de debates e de sua consolidação como um centro formador que não abre mão da articulação entre ensino de graduação e pós-graduação, extensão e pesquisa, também não poderia prescindir de um currículo que caducasse tão rapidamente frente às profundas transformações pelas quais a sociedade do capital passava desde meados dos anos de 1970. Essas transformações ainda não gozavam de uma sólida produção teórica no entendimento de suas determinações estruturais e expressões históricas na periferia do capitalismo dependente. Isso levou a tomar a cultura como um componente central naquele momento.

A preocupação com a cultura é explicitamente referida e tratada no primeiro número da *Em Pauta* ao socializar os debates e reflexões que orientaram a construção do currículo, especialmente no tocante à opção pela oferta de um curso noturno que valorizasse a experiência de vida e trabalho dos(as) alunos(as), em sua maioria com inserção no mundo do trabalho (55%), mulheres (86%) e moradores(as) da região metropolitana do Rio de Janeiro. A formação cultural almejada não se dissociava do reconhecimento de que a condição de classe, gênero e raça deveriam ser tratadas a partir do reconhecimento dos(as) alunos(as) como sujeitos de um processo de forma-

ção humana que conjugaria o acesso aos conteúdos científicos às exigências de uma formação intelectual e universitária. Isso apresentaria enormes desafios e dilemas que deveriam ser incorporados ao processo pedagógico de forma não secundária e individualizada. Decorreu desse esforço a criação e oferta de uma disciplina denominada de *Oficina cultural* como estratégia de desenvolvimento sistemático de práticas formativas nas quais o universo cultural dos(as) alunos(as) pudesse ser ampliado por uma vivência universitária não dissociada das ofertas culturais da cidade e das sistemáticas reflexões sobre a profissão e sua inserção subordinada nas hierarquias profissionais e acadêmicas instituídas naquele momento.

Não obstante, compreende-se a universidade como uma instituição do campo da cultura e a necessidade de fazer aproximações aos novos processos de recrutamento da força de trabalho de assistentes sociais frente às mudanças do mundo do trabalho e das políticas sociais. Essa compreensão possibilitou reconhecer as aproximações reais das condições de vida e trabalho de grande parte do segmento estudantil ao que compunha também o universo da população atendida pela profissão como um campo fecundo para pensar sua inserção e pertencimento de classe, além dos desafios políticos e pedagógicos ao longo da formação profissional (CARDOSO *et al.*, 1993b).

A centralidade da cultura no processo de formação empreendido também encontrou lastro na consolidação do corpo docente em suas dimensões geracionais e intelectuais, assim como na valorização e incentivo ao desenvolvimento de vínculos, mediados pela pesquisa, pela extensão e pela política de capacitação continuada, com as experiências realizadas por assistentes sociais nas áreas da saúde, educação, assistência social, envelhecimento e saúde mental; nas políticas para a infância e juventude; nas instituições do campo sociojurídico; nas empresas; junto aos movimentos sociais; e nas organizações da sociedade civil. Esse esforço permitiu forjar um interesse comum, mas trilhado por estratégias institucionais distintas, por parte do corpo docente, em relação ao trabalho profissional e às políticas sociais.

Dessa maneira, sedimenta-se e realimenta-se o percurso formativo dos(as) alunos(as) no curso já a partir dos períodos iniciais, com sua inserção nos projetos de pesquisa e extensão, mas, sobretudo, a partir de antes da metade do curso até o final, pela articulação entre as disciplinas de processo de trabalho, políticas sociais setoriais (eletivas, em sua maioria) e estágio supervisionado. Essa espinha dorsal assegurou – não sem problemas e descontinuidades – um campo temático sintonizado às escolhas teóricas da revisão curricular e que, de certo modo, se espraiaram para a faculdade através dos cursos de especialização, das produções teóricas, dos projetos de extensão e de pesquisa, como também pela consolidação das linhas de pesquisa da pós-graduação *stricto sensu*: Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social; Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; e Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.

Considerações finais

O resgate do processo de revisão curricular apresentado nesse texto está longe de conter todos os elementos, conteúdos e dados que traduzem a complexidade e o ineditismo daquela experiência na história da faculdade. Do mesmo modo, não traz à tona a riqueza da produção docente dos períodos iniciais, um inventário da produção socializada pela *Em Pauta* enquanto transitava de caderno para revista, assim como as teses e dissertações de vários(as) professores(as) do curso cujos esforços empreendidos para a realização de seu mestrado ou doutorado não se distanciaram das preocupações e enfrentamentos teóricos e pedagógicos postos no processo de implementação do *Currículo de 1993*. Também houve uma opção deliberada nessa escrita por não fazer alusões aos gestores que cumpriram a função de direção do processo de forma muito comprometida, mas que fugia ao intento expositivo do artigo: o de destacar uma construção coletiva compartilhada intergeracionalmente.

A ênfase dada nesse retorno ao passado não representou qualquer efeito saudosista ou mesmo uma supervalorização daquela experiência. Trata-se de uma aproximação já realizada em outros momentos, como na comemoração dos 70 anos da Faculdade de Serviço Social, por vários dos(as) professores(as) da unidade. Mas aqui é conduzida a partir de uma compreensão pouco explorada: a de como a construção de um currículo se tornou basilar para a consolidação da unidade em suas várias frentes de atuação no campo da formação científica e profissional, explorando algumas das escolhas teóricas e pedagógicas que, além de se manterem atuais, são reafirmadas pela prática de novos sujeitos institucionais. Essa particularidade ainda não havia sido retratada e, ainda que nos limites dessas páginas, foi feito um convite à compreensão dos caminhos que a Faculdade de Serviço Social da Uerj vem trilhando em meio aos novos desafios postos no mundo do trabalho, na cultura e nas políticas sociais, campos decisivos na conformação dos interesses de estudo, atuação social e produção de conhecimento na Faculdade de Serviço Social da Uerj.

Os campos temáticos relativos ao trabalho, políticas sociais e cultura não guardam relação necessariamente com as principais áreas de produção de conhecimento do corpo docente da faculdade. A análise aqui realizada não se deu nessa direção. Buscou-se, com esse artigo, compreender como elas tiveram centralidade na construção de um currículo sintonizado aos processos históricos do período, articulando do ponto de vista pedagógico e temático a oferta das disciplinas ao longo dos dez períodos de curso com os investimentos institucionais e docentes de aproximação e análise das mudanças operadas nas políticas sociais. Destacou-se que isso ocorreu a partir do reconhecimento das determinações de um mundo do trabalho em transformação, das análises das contrarreformas do Estado brasileiro e de como as tensas e disputadas mudanças no campo da cultura se materializam no âmbito da formação e do trabalho profissional.

São campos de interesse que não se sobrepuseram aos investimentos singulares de cada docente, nem feriram a sua autonomia na condução da atividade intelectual. Porém, constituíram um quadro relevante e estratégico no esforço de consolidação de uma perspectiva analítica densa e fundamentada. Isso permitiu uma contínua oxigenação da formação, posto que requeria e resultava do debruçar-se sobre as contradições da vida social, numa perspectiva de totalidade. Trata-se de apreender como as determinações do trabalho abstrato, mediadas pelo Estado, pelas políticas e pelos serviços sociais, alteram as condições subjetivas e objetivas de realização do trabalho concreto de assistentes sociais, bem como as análises e respostas que esses(as) trabalhadores(as) assalariados(as) conseguem forjar em seus diferentes espaços de atuação e organização. Um intento que, ao longo de 30 anos, não ficou restrito ao âmbito da graduação.

Contribuições dos/as autores/as: Concepção, elaboração e revisão: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, N. L. T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 52, ano XVII, dez. 1996.

ALMEIDA, C. *et al.* Pós-graduação *lato sensu* em Serviço Social e saúde: enfrentando o desafio da qualificação profissional para o SUS. In: VELOSO, R. *et al.* (Org.). *Trajетória da Faculdade de Serviço Social da Uerj: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

BARBOSA, R. N.; CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. T. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 58, ano XIX, nov. 1998.

BEHRING, E. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, E. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. e ALENCAR, M. Marxismo e direção social do curso: uma contribuição ao debate. *Em Pauta: Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj*, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1993.

CARDOSO, I. C. *et al.* A definição do núcleo básico do novo currículo de graduação em Serviço Social. *Em Pauta: Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj*, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1993a.

CARDOSO, I. C. *et al.* A especificidade do curso noturno: as dimensões pedagógica e cultural na revisão curricular. *Em Pauta: Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj*, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1993b.

CARDOSO, I. C. *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional – Novos subsídios para o debate. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 7, 1997.

CESAR, M. *Empresa cidadã*. São Paulo: Cortez, 2008.

CISLAGHI, J.; BRANDT, D. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da Uerj. *In: VELOSO, R. et al.* (Org.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da Uerj: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

COUTINHO, C. N. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. *In: OLIVEIRA E SILVA, M. L.* (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1996.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A.; FALCÃO, M. C.; FLEURY, S. *Os direitos dos (des)assistidos sociais*. São Paulo: Cortez, 1989.